

Haddad guiará economia “com pés no chão”

HELIVAL RIOS

O Brasil não voltará a ser um grande laboratório de medidas econômicas. Esta promessa foi feita ontem pelo ministro da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República, Paulo Haddad, que prometeu administrar a economia do País, daqui para a frente, “com os pés no chão”. Com o desmembramento do Ministério da Economia, o País volta a ter restabelecidas suas funções de planejamento de médio e longo prazos, saindo do mero imediatismo dos últimos anos. Os limites e parâmetros deste planejamento, contudo, virão do Ministério da Economia, Fazenda e Administração que é quem vai controlar o caixa do Tesouro Nacional.

Os últimos ministros da Economia que passaram pelas últimas administrações, notadamente no governo Collor, segundo Paulo Haddad, foram reféns da conjuntura e do curto prazo.

Um dos maiores equívocos cometidos pelo governo Collor, explicou Haddad, foi a concentração de superpoderes num único ministério, o da Economia, onde se criou um verdadeiro czar.

Na prática, contudo, esse czar perdeu a capacidade de planejar no médio e longo prazos e perdeu o controle sobre seus próprios órgãos, como ocorreu mais recentemente com o ex-ministro Marcílio, com relação à Caixa Econômica e Banco do Brasil.

Com a volta da Seplan, o governo reassume a capacidade de enfrentar os problemas estruturais, como a definição negociada de uma nova política de rendas, capaz de mudar o perfil da distribuição de renda do País e reassume a capacidade de propor políticas de longo alcance, que influam diretamente na qualidade de vida das populações dos grandes centros urbanos, na geração do nível de empregos, etc.

Apesar de algumas sinalizações corretas, a política econômica do ex-ministro Marcílio Marques Moreira “não estava no caminho certo”, para Paulo Haddad, pois a inflação hoje encontra-se num patamar muito elevado e com tendência ascendente. Além disso, há uma grave desorganização do setor público e uma forte deterioração das contas do Tesouro.

Tanto Paulo Haddad como Gustavo Krause entendem que a política exercida por Marcílio provocou uma indexação informal da economia que se generaliza, com exceção dos setores em que há predominância de um grande número de pequenos e médios empresários e da maioria dos trabalhadores.

“Isto significa dizer que o ônus da política econômica tem recaído principalmente sobre os assalariados, cujo poder aquisitivo médio tem declinado”.

Diagnosticaram, também, os novos ministros, que as taxas de juros são muito elevadas (30% ao ano acima da inflação), o que por um

lado estimula a entrada de recursos financeiros do exterior, aumentando o nível de reservas cambiais, mas que, por outro lado, desestimula os investimentos produtivos e aumenta os encargos da dívida pública interna, realimentando a especulação financeira.

Dizem ainda Haddad e Krause que a recessão se aprofundou e os níveis de desemprego, especificamente nas áreas metropolitanas, cresceram significamente à medida

que a atual política econômica foi sendo executada.

Entendem os ministros Krause e Haddad que a administração que ora assume está recebendo uma economia estagnada, em profunda recessão, com inflação muito elevada e ascendente, além de um setor público carecendo de total reorganização e com a situação financeira do Tesouro Nacional bastante precária, apesar de reservas cambiais elevadas.